



# Economia para Trabalhadores

Ano IV, Edição XXXV

Abril de 2016

## Nesta edição:

Opinião 2

Atividade industrial - Brasil 3

Atividade Industrial - Santa Catarina 4

Indicadores 5

## Apresentação

Caros(as) companheiros(as), segue a 35ª edição do Economia para Trabalhadores, o boletim mensal da Subseção do Dieese na Fetiesc. Nesta edição de abril destacamos, no texto de opinião, a instabilidade política no país como disputa entre as forças sociais e econômicas por uma maior participação na renda, em queda.

Caberá ao povo que trabalha resistir à supressão de direitos e pressionar os governos por medidas que restabeçam o crescimento econômico. Em reunião ontem, o Copom decidiu manter a Selic na meta de 14,25% para o ano, apesar da trajetória de queda da inflação e dos sinais de continuidade da recessão com seus efeitos mais perversos, como o aumento do desemprego.

A atividade industrial voltou a apresentar contração em fevereiro. Procuramos demonstrar, nesta edição, que há sinais de recuperação de atividade para alguns setores, basicamente em função do câmbio, já que pesa como fator negativo a queda da demanda doméstica. Ou seja, setores com maior participação em mercados externos, ou que conseguiram ampliar esta fatia no período recente, registram recuperação no indicador de produção industrial no início deste ano.

Apesar dos sinais de melhora perceptíveis em alguns setores da indústria, o quadro geral da economia é de retração. As projeções para o ano são de queda de 3,5% para o PIB, de quase 6,0% para a produção industrial e a taxa de desocupação no trimestre encerrado em fevereiro chegou a 10,2%. Por outro lado, a queda da inflação é importante, assim como o reequilíbrio do setor externo, com uma necessidade de financiamento negativa, ou seja, os investimentos diretos no país superam o déficit das transações correntes, que voltou a um patamar tido como aceitável com relação ao PIB (-2,4%).

Os registros são do primeiro bimestre ou trimestre e apesar de a partir deles ser possível traçar algumas tendências para o ano, cabe certa cautela nas análises, até porque fatores não-econômicos devem ainda surtir efeito significativo sobre o desempenho da economia brasileira.

Boa leitura!

## Opinião\* - A Constituição não cabe no PIB? Que expanda-se o PIB...

O Brasil vive uma conjuntura de crise e o nó parece estar no desequilíbrio fiscal. Foi a queda do PIB nos últimos anos que impactou fortemente as receitas do setor público e pressionou os governos a cortar desembolsos. Sempre que a renda agregada diminui o conflito pela mesma se acirra, com as diferentes forças econômicas e sociais oferecendo resistência à diminuição da participação que lhes cabem. Os rentistas querem mais juros, os empresários firmam posição contra o incremento de impostos e os trabalhadores oferecem resistência ao corte de direitos e às restrições impostas aos serviços públicos, como saúde, educação, segurança, mobilidade urbana, entre outros.

A conjuntura de crise não está dissociada de um problema estrutural da economia brasileira, a questão da dependência. A desaceleração e mesmo a retração do PIB acontece, em grande medida, como consequência da queda dos preços das commodities no mercado internacional. Em 2015, aproximadamente 60% da pauta exportadora de nossa economia era composta por este tipo de produto. No período de um ano, commodities como petróleo e minério de ferro tiveram queda aproximada de 50% nos seus preços. Isto afeta, entre outros fatores, inclusive não-econômicos, diretamente os investimentos de grandes corporações que são substancialmente responsáveis pela geração de riquezas no país, ou seja, pelo PIB.

Os investimentos de 5 grandes produtoras de commodities (Petrobrás, Vale, Gerdau, Usiminas, CSN) recuaram 30,4% em 2015. Este recuo correspondeu a uma participação de 22% na queda da formação bruta de capital fixo (FBKF) no ano passado (que foi de -14,1%) e de 1,2 pontos percentuais na retração do PIB (-3,8%). Se considerarmos ainda as consequências econômicas da Operação Lava-Jato, com importantes obras de infraestrutura pesada e as atividades das principais empreiteiras do país bastante restringidas, em função das investigações, têm-se, de um modo geral, as causas da retração que impuseram obstáculos não superados à política econômica.

Neste cenário é que aprofunda-se a instabilidade política. Há, por um lado, um temor de grupos de interesse incrustados na estrutura de poder do Estado com as investigações da Lava-Jato e a insegurança que estabelece. Por outro lado, há o conflito distributivo pela renda, em queda. Neste sentido é que ampliaram-se na imprensa discursos do tipo "a Constituição não cabe no PIB". Estes discursos atentam

para a necessidade de se pensar uma reforma fiscal ampla, revisando as fontes de arrecadação das esferas de governo e suas obrigações constitucionais no que diz respeito às políticas públicas. Mas o que acaba-se discutindo com maior persistência é a restrição de direitos e benefícios à população.

As MPs 664 e 665 aprovadas no primeiro semestre do ano passado e que restringiram o acesso a benefícios como auxílio-doença, pensão por morte, seguro desemprego, abono salarial, entre outros, foram um reflexo da correlação de forças nas pressões sobre o governo e um sinal das pressões que viriam a aprofundar-se. As análises que circulam na imprensa grande persistem, sob o pretexto do ajuste necessário para o reequilíbrio fiscal, na agenda que diminui a participação dos trabalhadores na renda e miram a Previdência Social. Para além da inflação e do desemprego em alta, avançam pautas como a desindexação do salário mínimo nacional (fim da política de valorização) e sua desvinculação aos reajustes dos inativos (aposentados e pensionistas). Para recompor margem ao setor privado e quem sabe compensar perdas com eventual incremento de impostos, avançam propostas de flexibilização das leis trabalhistas, com espaço para terceirização e predomínio do negociado entre as partes (empregadores e empregados) sobre as regras da CLT, no quadro apresentado acima.

Quando no auge das manifestações de junho de 2013, a presidenta propôs um pacto, defendendo que o que motivava o povo era o desejo por mais saúde, mais educação, mais mobilidade urbana, mais, mais e melhores serviços públicos, ela parecia estar certa no diagnóstico. Mais e melhores políticas públicas são sintomas de uma sociedade que desenvolve-se. Este povo vem desde a Constituição reivindicando mais democracia, a população quer participar mais da renda. Por isso a saída tem que ser para a frente, é preciso resistir. Se a Constituição brasileira não cabe no seu PIB, que prevaleça a democracia e que o Estado assuma sua responsabilidade, assim como os mercados, para que o PIB volte a expandir-se.

---

(<sup>1</sup>) Estudo da 4E Consultoria, publicado no jornal Valor Econômico de 22/02/2016.

(<sup>2</sup>) O governo esperava economizar R\$ 18 bilhões com as MPs.

**(\*) Mairon E. Brandes, economista, técnico do Dieese.**

## Atividade Industrial - Brasil

A produção industrial voltou a apresentar recuo em fevereiro, em todas as séries temporais. Na variação mensal com ajuste sazonal a queda foi de 2,5% (-2,8% para indústria de transformação e crescimento de 0,6% para indústria extrativa). Na comparação com fevereiro de 2015 a queda chega a 10% e no acumulado do primeiro bimestre a quase 12%.

O que destacamos de positivo nos registros da pesquisa mensal de produção industrial do IBGE é o crescimento da produção da indústria extrativa em fevereiro (0,6%) - crescimento que não ocorria nesta série desde setembro de 2015 -, e a variação positiva, também nesta série mensal com ajuste, da categoria de bens de capital (0,3%) - a segunda consecutiva, já que havia registrado crescimento em janeiro também.

Outro fato que merece menção foi a ocorrência de crescimento na produção de 11 dos 26 setores pesquisados, apesar da média de produção da indústria geral ter sido de retração, como apontado acima (-2,5%). Entre os setores que apresentaram crescimento na produção destacamos: têxtil (3,4%); produtos de madeira (2,5%); outros produtos químicos (1,5%); coque, derivados de petróleo e de biocombustíveis (1,4%); sabões, detergentes, produtos de higiene (1,3%) e fabricação de bebidas (1,3%).

O cenário para a indústria no Brasil é de retração no mercado doméstico e oportunidades em mercados externos. A retração do mercado doméstico é puxada pela queda da demanda agregada, restrição orçamentária do setor público e das famílias, agravada pela combinação de taxas de inflação e juros elevadas, o que compromete os investimentos e aquisição de bens de maior valor. Há, no entanto, perspectivas de queda da inflação durante todo o ano e expectativa de que o Copom decida pela redução da meta para a Selic no ano, nesta semana.

As oportunidades nos mercados externos estão relacionadas a alta do dólar que vem ocorrendo de forma mais intensa desde o segundo semestre do ano passado. No primeiro bimestre deste ano, em comparação ao mesmo

período do ano passado, a taxa real de câmbio efetiva cresceu 23,8%, contribuindo para a competitividade da indústria. Ainda que esta alta represente pressões de custos para setores que contam com componentes importados, como o de eletrônicos, a alta do dólar mostra-se importante num quadro de queda do consumo doméstico. Mais recentemente o câmbio voltou a valorizar-se, no entanto. Na passagem de janeiro para fevereiro houve queda de 2,0% na taxa de câmbio real efetiva.

Neste quadro percebe-se que, os setores que apresentaram alguma reação na produção industrial em fevereiro, ainda que modesta, são setores que mais do que um processo de substituição de importações (que parece perder relevância em função da queda do consumo interno), expandiram o valor (em US\$) exportado: têxtil (39,7%); alimentos (23,2%); celulose, papel e produtos de papel (29,2%); derivado de petróleo, coque e biocombustíveis (46,2%); máquinas e equipamentos (14,5%); veículos automotores, reboques e carrocerias (18,9%); outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (18,9%) .

Apesar dos sinais percebidos neste primeiro bimestre, o quadro geral para a atividade industrial neste ano é de retração, novamente. No último Focus a mediana do mercado apontou para um recuo de 5,8% na produção industrial. No primeiro trimestre o saldo de vínculos formais na indústria de transformação foi negativo em quase 70 mil postos de trabalho. A taxa média de utilização da capacidade instalada, segundo pesquisa da CNI, foi de 77,6% (maior que a de janeiro, 77,1%, mas inferior a de fevereiro de 2015 em 2,2 p.p.). O pessimismo dos empresários industriais que, também segundo pesquisa da CNI, vinha caindo desde os meses finais de 2015, voltou a crescer em abril. Mas as pesquisas da CNI também revelaram dados positivos: crescimento no faturamento real da indústria na passagem de janeiro para fevereiro (1,6%) e nível de estoques ajustado.

## Atividade Industrial - Santa Catarina

Depois de ter registrado um crescimento de 3,5% na passagem de dezembro para janeiro, na série com ajuste sazonal, a produção industrial em Santa Catarina registrou queda de 3,3% na passagem de janeiro para fevereiro, praticamente compensando aquela alta, portanto. Na comparação com fevereiro de 2015, houve uma queda de 4,8% na produção e a retração chegou a 8,0% tanto no primeiro bimestre deste ano (comparado ao mesmo período do ano passado), quanto na série dos últimos 12 meses.

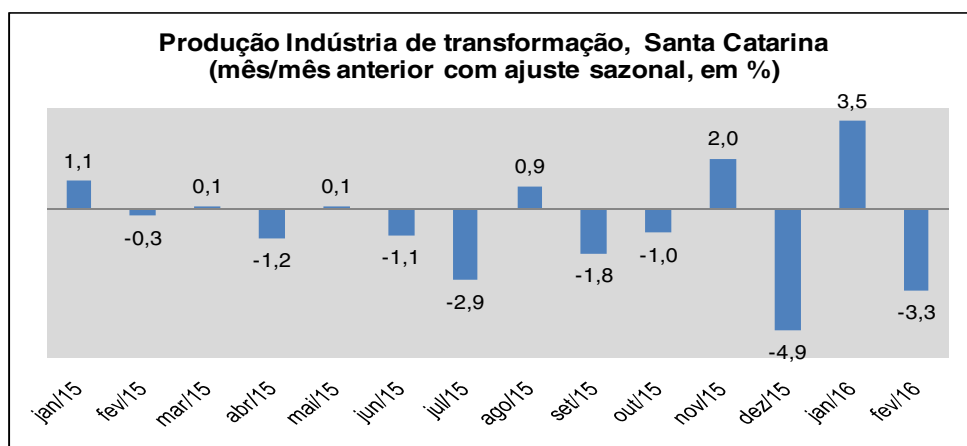
A pesquisa do IBGE contempla 14 setores da indústria no estado. Destes, 2 setores registram crescimento na produção em todas as séries, portanto, uma importante recuperação no ano: a indústria de confecção de artigo do vestuário e acessórios e a indústria de produtos alimentícios. A primeira teve crescimento de 5,1% em fevereiro, 0,9% no bimestre e variação nula nos 12 meses. A indústria de produtos alimentícios registrou crescimento de 8,0% em fevereiro de 2016, de 7,0% no bimestre e de 0,9% nos últimos 12 meses.

Estes são setores da indústria intensivos em força de trabalho, que constituem uma participação expressiva no estoque de emprego da indústria de transformação no estado. A recuperação destes setores, neste sentido, é importante para a manutenção de empregos. Ainda que exista um componente sazonal nesta variável, pois normalmente crescem o número de desligamentos nestes setores no final de ano e ampliam-se as contratações no início, é importante destacar o saldo positivo de pouco mais que 9 mil (1,4%) vínculos formais na indústria de transformação do estado (neste período o saldo é de -69,5 mil (-0,9%) para

o Brasil). Os dados de ocupação da PNADC/IBGE revelam o contraste do mercado de trabalho catarinense com a média nacional. A taxa de desocupação foi de 4,2% no último trimestre de 2015, quando para o Brasil a taxa foi de 9,0%.

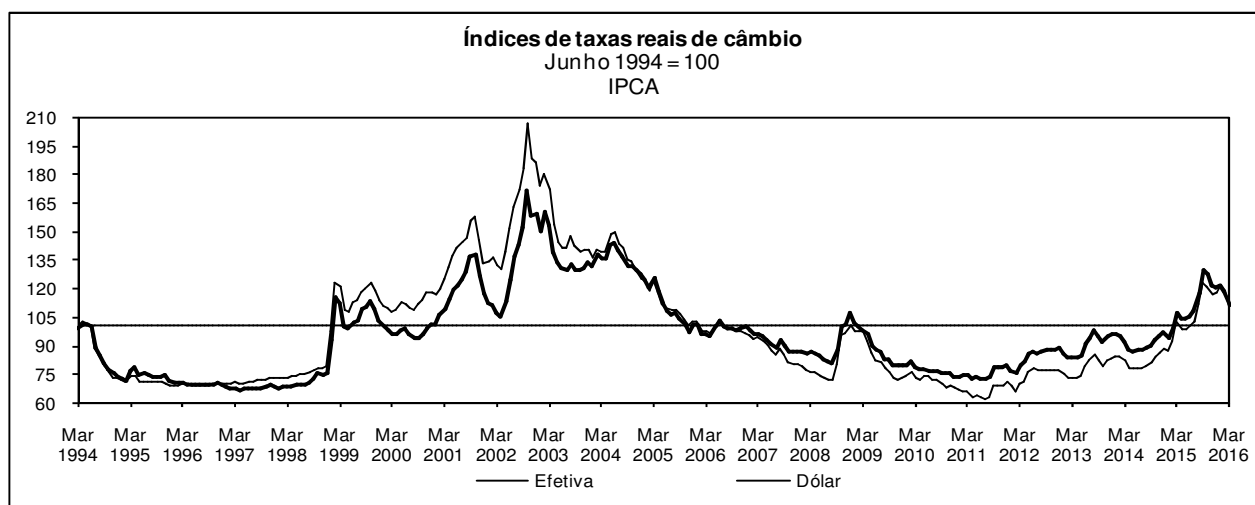
A recuperação dos setores em destaque está muito relacionada a alta do dólar, que contribuiu para aumentar a competitividade da produção nacional. Para o setor de confecção a retração do consumo doméstico e a alta do dólar frearam as importações dando início a um processo de substituição de importações. O setor de alimentos, que já tinha uma maior inserção em mercados externos, ampliaram-na, mesmo em função da queda do consumo interno. Nesta linha, outros setores devem beneficiar-se, como o de celulose, papel e produtos de papel apesar de em Santa Catarina prevalecer a produção de papel neste setor e, por isso, os registros ainda são de retração neste ano, ainda que próximo de um patamar de estabilidade com relação ao ano passado.

Pelas sondagens da Fiesc, a taxa média de utilização da capacidade instalada nas indústria no estado é de 81,5% em fevereiro. Houve uma queda de 1,2 pontos percentuais com relação a fevereiro de 2015, mas o patamar é ainda superior à média observada no país para o período (77,6%). O índice que mensura a confiança do empresário indústria manteve-se estável em abril, com relação a março (37,5 pontos), mas abaixo com relação a abril de 2015 (39,6 pontos). Ou seja, em abril deste ano, os empresários estão ainda mais pessimistas do que estavam no ano passado.



**INDICADORES MACROECONÔMICOS**

<b>PIB Trimestral (em %)</b>		<b>Indústria</b>	<b>FBCF</b>	<b>Cons.Fam.</b>	<b>Cons.Gov.</b>	<b>PIB</b>
4º trimestre 2015/Idem 2014		-8,0	-18,5	-6,8	-2,9	-5,9
2015/2014		-6,2	-14,1	-4,0	-1,0	-3,8
<b>IBC-BR (em %)</b>		<b>Fev/Jan</b>	<b>Fev/Fev</b>	<b>Até Fev</b>	<b>U12M</b>	
		-0,3	-6,5	-6,6	-4,8	
<b>Finanças Setor Público</b>		<b>Até Fev. 2015</b>		<b>Fev. 2016</b>	<b>Até Fev. 2016</b>	
		<b>R\$ mi</b>	<b>% PIB</b>	<b>R\$ mi</b>	<b>R\$ mi</b>	<b>% PIB</b>
Resultado Primário		18.763	2,0	-23.040	4.873	0,5
Juros Nominais		-74.359	-8,0	-29.787	-86.006	-8,8
Resultado Nominal		-55.595	-6,0	-52.827	-81.133	-8,3
		<i>Dívida Bruta do Governo Geral (% PIB)</i>				67,6
		<i>Dívida Líquida do Governo Geral (% PIB)</i>				39,7
<b>Setor Externo</b>		<b>Até Mar. 2015</b>		<b>Mar. 2016</b>	<b>Até Mar. 2016</b>	
		<b>US\$ mi</b>		<b>US\$ mi</b>	<b>US\$ mi</b>	
Transações Correntes		-25.099		-855	-7.591	
		<i>Bal. Coml.</i>		4.258	7.771	
Conta Financeira		23.865		355	5.521	
		<i>IDP</i>		5.557	16.933	
		<i>Saldo de transações correntes (U12M % PIB)</i>				-2,4
		<i>Necessidade de financiamento externo (U12M % PIB)</i>				-2,2
<b>Câmbio</b>				<b>Mar. 2015</b>	<b>Mar. 2016</b>	
Taxa média - venda (R\$/US\$)				3,14	3,70	
<i>Varição real da taxa de câmbio - dólar americano - (IPA-DI) (U12M em %)</i>				-	21,8	
<i>Varição real da taxa de câmbio - dólar americano - (IPCA) (U12M em %)</i>				-	28,8	
<b>Inflação</b>				<b>Mar. 2015</b>	<b>Mar. 2016</b>	<b>Var. (p.p.)</b>
IPCA (U12M %)				8,13	9,39	1,3
INPC (U12M %)				8,42	9,91	1,5
<b>Juros</b>				<b>Mar. 2015</b>	<b>Mar. 2016</b>	<b>Var. (p.p.)</b>
Meta da taxa Selic (% a.a.)				12,75	14,25	1,5



Fonte: BCB.

## INDICADORES INDUSTRIAIS - BRASIL (em %)

PRODUÇÃO INDUSTRIAL (IBGE)	Fev/Jan	Fev/Fev	Até Fev	U12M
<i>Geral</i>	-2,5	-9,8	-11,8	-9,0
<i>Extrativa</i>	0,6	-12,1	-14,6	-0,6
<i>Transformação</i>	-2,8	-9,5	-11,3	-10,2
<b>Grandes categorias</b>				
Bens de capital	0,3	-25,8	-30,8	-27,1
Bens intermediários	-2,0	-8,5	-10,1	-6,3
Bens de consumo	-3,2	-8,1	-10,1	-9,4
Bens de consumo - <i>duráveis</i>	-5,3	-29,3	-29,0	-20,0
Bens de consumo - <i>semiduráveis e não duráveis</i>	-0,6	-2,0	-4,5	-6,4
<b>FATURAMENTO REAL (CNI)</b>	<b>Fev/Jan</b>	<b>Fev/Fev</b>	<b>Até Fev</b>	<b>U12M</b>
	1,6	-9,9	-12,3	-
<b>NÍVEL DE ESTOQUES (CNI)</b>	-	<b>Mar. 2015</b>	<b>Fev. 2015</b>	<b>Mar. 2016</b>
Relação efetivo-planejado	-	52,3	49,8	49,4
<b>TERMÔMETROS DE ATIVIDADE</b>	<b>Fev/Jan</b>	<b>Fev/Fev</b>	<b>Até Fev</b>	<b>U12M</b>
Expedição de papelão ondulado (ABPO)	-0,8	-2,7	-5,4	-
Consumo de energia elétrica industrial (EPE)	-	-7,2	-8,3	-5,9
Produção de aço bruto (Aço Brasil)	-	-8,7	-13,7	-
<b>CAGED - Ind. Transformação (MTE)</b>	<b>Mar/Fev</b>	<b>Mar/Mar</b>	<b>Até Mar</b>	<b>U12M</b>
<i>Saldo (qtde)</i>	-24.856	-	-69.508	-700.449
<i>(%)</i>	-0,3	-	-0,9	-8,5
<b>Utilização da Capacidade Instalada (CNI)</b>	-	<b>Fev. 2015</b>	<b>Jan. 2016</b>	<b>Fev. 2016</b>
<i>(% média)</i>	-	79,8	77,1	77,6
<b>ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial (CNI)</b>	-	<b>Abr. 2015</b>	<b>Mar. 2016</b>	<b>Abr. 2016</b>
		38,5	37,4	36,2
<i>Condições atuais</i>		29,1	29,2	27,3
<i>Expectativas</i>		43,2	41,5	40,7
<b>COMÉRCIO EXTERIOR (Funcex)</b>		<b>Fev/Fev</b>	<b>Até Fev</b>	<b>U12M</b>
<b>Exportação - manufaturados</b>				
<i>Quantum (%)</i>		30,0	15,6	6,8
<i>US\$ (%)</i>		13,9	0,5	-6,5
<i>Preços (%)</i>		-12,1	-12,9	-12,5
<b>Importação - total</b>				
<i>Quantum (%)</i>		-23,0	-26,9	-17,8
<i>US\$ (%)</i>		-31,0	-35,1	-28,1
<i>Preços (%)</i>		-10,5	-11,4	-12,5
Índice de Rentabilidade das exportações - total (%)		1,3	4,6	4,2
Índice de Termos de troca - total (%)		-10,0	-9,7	-10,9
<b>INDICADORES DE COMPETITIVIDADE (BCB)</b>	<b>Fev/Jan</b>	<b>Fev/Fev</b>	<b>Até Fev</b>	<b>U12M</b>
Custo unitário do trabalho (Var.%)	6,4	-18,2	-21,7	-
Índice de taxa real de câmbio efetiva (Var.%)	-2,0	19,2	23,8	-
Índice de taxa real de câmbio corrigida pela produtividade (%)	-7,2	9,0	14,5	-



## INDICADORES INDUSTRIAIS - SANTA CATARINA (em %)

<b>PRODUÇÃO (IBGE)</b>	<b>Fev/Jan</b>	<b>Fev/Fev</b>	<b>Até Fev</b>	<b>U12M</b>		
<i>Transformação</i>	-3,3	-4,8	-8,0	-7,9		
<i>Têxtil</i>	-	-0,7	-9,6	-12,6		
<i>Vestuário</i>	-	5,1	7,0	0,0		
<i>Celulose, Papel e Produtos de Papel</i>	-	-1,9	-2,5	-0,8		
<i>Borracha e Plástico</i>	-	-12,3	-12,6	-10,6		
<b>FATURAMENTO REAL (Fiesc)</b>	<b>Fev/Jan</b>	<b>Fev/Fev</b>	<b>Até Fev</b>	<b>U12M</b>		
<i>Transformação</i>	-	-10,4	-11,4	-		
<i>Têxtil</i>	-	-	-7,9	-		
<i>Vestuário</i>	-	-	-22,1	-		
<i>Celulose, Papel e Produtos de Papel</i>	-	-	-7,8	-		
<i>Borracha e Plástico</i>	-	-	-15,1	-		
<b>CAGED - Ind. Transformação (MTE)</b>	<b>Mar/Fev</b>	<b>Mar/Mar</b>	<b>Até Mar</b>	<b>U12M</b>		
<i>Saldo (qtde)</i>	310	-	9.095	-44.735		
<i>(%)</i>	0,1	-	1,4	-6,4		
<b>Utilização da Capacidade Instalada (Fiesc)</b>	<b>Fev. 2015</b>		<b>Fev. 2016</b>			
<i>(% média)</i>	82,7		81,5			
<b>ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial (Fiesc)</b>	<b>Abr. 2015</b>	<b>Mar.</b>	<b>Abr. 2016</b>			
	39,6	37,6	37,5			
<i>Condições atuais</i>	32,1	31,2	30,2			
<i>Expectativas</i>	43,4	40,8	41,2			
<b>COMÉRCIO EXTERIOR - BRASIL (Funcex)</b>	<b>Fev/Fev</b>		<b>Até Fev</b>		<b>U12M</b>	
	<b>US\$(%)</b>	<b>Qtde(%)</b>	<b>US\$(%)</b>	<b>Qtde(%)</b>	<b>US\$(%)</b>	<b>Qtde(%)</b>
<b>Exportações</b>						
<i>Têxtil</i>	39,7	53,1	37,5	51,1	-3,2	9,8
<i>Vestuário e acessórios</i>	-7,6	20,2	-9,7	9,3	-11,6	7,4
<i>Couro e calçados</i>	1,6	32,9	-5,5	24,9	-17,1	2,0
<i>Papel e celulose</i>	29,2	36,2	19,3	20,0	10,3	12,5
<i>Produtos químicos</i>	6,4	25,6	-3,8	13,7	-12,6	5,8
<i>Produtos de material plástico</i>	9,0	29,5	3,6	21,4	-7,4	6,0
<b>Importações</b>						
<i>Têxtil</i>	-41,2	-37,3	-46,3	-43,6	-30,9	-27,5
<i>Vestuário e acessórios</i>	-32,7	-35,3	-37,8	-39,9	-12,9	-9,8
<i>Couro e calçados</i>	-31,9	-32,8	-35,2	-37,3	-21,1	-19,2
<i>Papel e celulose</i>	-33,4	-28,6	-33,2	-28,9	-30,8	-27,5
<i>Produtos químicos</i>	-18,2	-7,2	-23,2	-12,7	-19,9	-12,8
<i>Produtos de material plástico</i>	-31,1	-25,1	-35,7	-32,7	-24,4	-20,8
<b>Índice de Rentabilidade das exportações (Var.%)</b>	<b>Fev/Fev</b>		<b>Até Fev</b>		<b>U12M</b>	
<i>Têxtil</i>	12,8		16,7		15,2	
<i>Vestuário e acessórios</i>	-1,5		10,3		9,9	
<i>Couro e calçados</i>	-3,1		-0,6		7,1	
<i>Papel e celulose</i>	16,0		26,5		26,5	
<i>Produtos químicos</i>	4,8		9,1		8,3	
<i>Produtos de material plástico</i>	5,1		10,7		14,3	

**INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO**

<b>Custo de Vida</b>						
<b>Inflação</b>			Março (%)	Var. 12 meses (%)		
ICV/DIEESE			0,44	9,31		
INPC/IBGE			0,44	9,91		
IPCA/IBGE			0,43	9,39		
IGP-DI/FGV			0,43	11,07		
IGP-M/FGV			0,51	11,56		
IPC/FIPE			0,97	10,73		
<b>Cesta Básica</b>	Florianópolis	Março	Variação acum. no ano (em %)	4,01		
			Valor mensal (em R\$)	441,06		
<b>Salário Mínimo Necessário e Piso Regional Catarinense</b>						
<b>Salário Mínimo Nacional</b>		Março	Valor nominal (em R\$)	880,00		
<b>Salário Mínimo Necessário</b>		Março	Valor nominal (em R\$)	3.736,26		
<b>Piso Regional SC</b>		Faixa I	Valor nominal (em R\$)	1.009,00		
		Faixa II	Valor nominal (em R\$)	1.048,00		
		Faixa III	Valor nominal (em R\$)	1.104,00		
		Faixa IV	Valor nominal (em R\$)	1.158,00		
<b>Movimentação do Emprego - Indústria de Transformação no Brasil</b>						
			<b>Total Admissões</b>	<b>Total Desligamentos</b>	<b>Saldo</b>	<b>Var. Emprego</b>
			(Qtde)	(Qtde)	(Qtde)	(%)
<b>Em março<sup>1</sup></b>			232.817	257.673	-24.856	-0,3
<b>No ano<sup>2</sup></b>			655.396	724.904	-69.508	-0,9
<b>Nos últimos 12 meses<sup>3</sup></b>			2.546.061	3.246.510	-700.449	-8,5
<small>(<sup>1</sup>) Variação considera o estoque do mês anterior; (<sup>2</sup>) Variação considera o estoque do mês atual e do mês de dezembro do ano anterior, com ajustes; (<sup>3</sup>) Variação considera o estoque no mês atual com o estoque do mesmo mês do ano anterior, com ajustes.</small>						
<b>Movimentação do Emprego - Indústria de Transformação em Santa Catarina</b>						
			<b>Total Admissões</b>	<b>Total Desligamentos</b>	<b>Saldo</b>	<b>Var. Emprego</b>
			(Qtde)	(Qtde)	(Qtde)	(%)
<b>Em março<sup>1</sup></b>			24.549	24.239	310	0,1
<b>No ano<sup>2</sup></b>			77.525	68.430	9.095	1,4
<b>Nos últimos 12 meses<sup>3</sup></b>			261.410	306.145	-44.735	-6,4
<small>(<sup>1</sup>) Variação considera o estoque do mês anterior; (<sup>2</sup>) Variação considera o estoque do mês atual e do mês de dezembro do ano anterior, com ajustes; (<sup>3</sup>) Variação considera o estoque no mês atual com o estoque do mesmo mês do ano anterior, com ajustes.</small>						
<b>Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido pelos Ocupados (todos os trabalhos)</b>						
<b>Brasil</b>			Valor (em R\$)			1.934,00
			Dez.2015 a Fev.2016/idem ano anterior (em %)			-3,4
<b>Santa Catarina</b>			Valor (em R\$)			2.018,00
			4º trimestre 2015/idem ano anterior (em %)			-7,9
<b>Massa Real de Rendimentos Habitualmente Recebidos pelos Ocupados (todos os trabalhos)</b>						
<b>Brasil</b>			Valor (em R\$)			171.330,00
			Dez.2015 a Fev.2016/idem ano anterior (em %)			-4,7
<b>Santa Catarina</b>			Valor (R\$ em milhões)			6.875,00
			4º trimestre 2015/idem ano anterior (em %)			-7,0
<b>Taxa de Desocupação</b>						
<b>Brasil</b>			Dez.2015 a Fev.2016 (em %)			10,2
			Dez.2015 a Fev.2016/idem ano anterior (em p.p.)			2,8
<b>Santa Catarina</b>			4º trimestre 2015 (em %)			4,2
			4º trimestre 2015/idem ano anterior (em p.p.)			1,5



**Economia para Trabalhadores - Ano IV, edição XXXV, abril de 2016. Periodicidade mensal. Subseção do Dieese na Fetiesc.**

**EXPEDIENTE DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA - Presidente:** Idemar Antonio Martini; **Vice-Presidente:** Rosane Sasse; **Secretário Geral:** Landivo Fischer.

**EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE - Direção Técnico:** Clemente Ganz Lúcio; **Coordenação Executiva:** Patrícia Pelattieri; **Coordenação Administrativa e Financeira:** Rosana de Freitas; **Coordenação de Educação:** Nelson de Chueri Karan; **Coordenação de Relações Sindicais:** José Silvestre Prado de Oliveira; **Coordenação de Atendimento Técnico Sindical:** Airton Santos; **Coordenação de Estudos e Desenvolvimento:** Angela Schwengber; **Supervisor Regional do Dieese/SC:** José Álvaro Cardoso; **Técnico Responsável pelo Boletim:** Mairon Edegar Brandes.